

Minas conclui venda de títulos da emissão extra em agosto

por Alaor Barbosa
do Rio

O Tesouro de Minas Gerais deverá colocar no início de agosto a parcela restante do lote de 23 milhões de obrigações reajustáveis estaduais (Cr\$ 1,035 trilhão) que o governo mineiro obteve autorização de Brasília para emitir neste ano. A primeira parcela, de 11 milhões de títulos, foi colocada "com sucesso" no último dia 10, segundo o secretário da Fazenda de Minas Gerais, Evandro de Pádua Abreu.

Ontem, o secretário mineiro esteve na sede da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), no Rio, para falar sobre a colocação desses papéis e sobre as finanças do estado. Pádua Abreu traçou um quadro relativamente otimista sobre a economia e as finanças de Minas Gerais. Segundo ele, o "Tesouro Estadual praticamente não terá déficit neste ano" ("a situação já está quase equacionada") e tudo indica que isso irá repetir-se em 1986. "Dentro de um quadro de dificuldades até que estamos bem", resumiu.

Além disso, o endividamento do estado é muito in-

Muda a administração

por Alaor Barbosa
do Rio

O governador Hélio Garcia deverá baixar um "pacote" nos próximos dias reformulando a administração das instituições financeiras mineiras. Segundo o secretário da Fazenda, de Minas Gerais, Evandro Pádua Abreu, alguns executivos serão mantidos nos seus cargos, mas outros deverão ser substituídos. Ele não quis antecipar aonde haverá mudanças, só garantido que na área de dívida pública a

ferior a 2% do endividamento externo do País. Minas Gerais gera cerca de 10% do Produto Nacional Bruto, complementou.

Foi devido a essa posição relativamente tranqüila no que diz respeito ao endividamento que Minas Gerais pleiteou e conseguiu a emissão extra de títulos estaduais neste ano (os 23 milhões de ORTN). A intenção original do Ministério do Planejamento era permitir unicamente a "rolagem" dos títulos vencidos (emissão de novos papéis

equipe permanecerá inalterada.

O governo mineiro equacionou praticamente todos os problemas financeiros, só restando os bancos estaduais com problemas (Bemge e Credireal). Ele acha, porém, que os problemas são relativamente fáceis de ser solucionados, já que as finanças do estado estão "equacionadas". No caso do Bemge, ele estima que o balanço do primeiro semestre já deverá apresentar um ligeiro resultado positivo.

para substituir os que fossem sendo resgatados) sem papéis "novos". Se fosse autorizado a apenas "rolar" a dívida em títulos, Minas só poderia emitir pouco mais de 5 milhões de obrigações estaduais. Abreu lembrou, porém, que Minas Gerais não foi o único estado beneficiado com essa "exceção". "Outros estados também conseguiram", disse.

Atualmente, Minas Gerais tem 2,5 milhões de obrigações estaduais emitidas, com um prazo médio

de resgate de 30 meses (o prazo médio da dívida da União é de 17 meses). A relação da dívida mobiliária com o PIB estadual, por sua vez, é de 2,8%, enquanto, no caso da União, essa relação sobe para 23%. Além disso, os títulos mineiros estão quase todos colocados junto a investidores finais, com apenas 27% do volume emitido em poder de instituições financeiras estaduais. Na grande maioria dos outros estados com títulos em circulação, as instituições financeiras estaduais constituem-se, na prática, nas maiores compradoras dos papéis dos respectivos estados.

Devido a isso, o estado tem conseguido vender os seus papéis por um preço inferior à rentabilidade dos papéis federais. No leilão do dia 10, a taxa efetiva ficou em torno de 18% ao ano, acima da correção monetária, enquanto as ORTN estão rendendo acima desse patamar (algumas até 21% acima da correção monetária ao ano). Pádua é evasivo ao justificar o sucesso na colocação dos seus papéis. "Os investidores comparam as diversas alternativas e optam pelo nosso papel. Talvez por termos mais tradição", afirma.